

ROMBO BILIONÁRIO / Gutierrez tinha sido detido na sexta-feira, na Espanha, após PF deflagrar operação contra fraudes contábeis estimadas em R\$ 25 bilhões

Ex-CEO das Americanas é solto após um dia preso

» RENATO SOUZA

A Justiça da Espanha colocou em liberdade, ontem, o ex-CEO das Lojas Americanas Miguel Gutierrez. Ele tinha sido preso na Espanha, na sexta-feira, após ser alvo de uma operação da Polícia Federal, no Brasil. A decisão de revogar a prisão ocorreu após o executivo passar por audiência de custódia em Madri. Gutierrez tem cidadania espanhola e, por conta disso, não foi deportado.

Os advogados publicaram uma nota, em que chamam as acusações contra o ex-CEO de “mentirosas”. “A defesa de Miguel Gutierrez informa que o executivo se encontra em sua residência em Madri, na Espanha, no mesmo endereço comunicado desde 2023 às autoridades espanholas e brasileiras, onde sempre esteve à disposição dos diversos órgãos interessados nas investigações em curso”, destaca o texto.

A defesa afirma também que o cliente compareceu espontaneamente ao Judiciário do país europeu e nega as acusações contra ele. “Reitera ainda que Miguel jamais participou ou teve conhecimento de qualquer fraude e que vem colaborando com as autoridades, prestando os esclarecimentos devidos nos foros próprios, manifestando uma vez mais sua absoluta confiança nas autoridades brasileiras e internacionais”, disse.

Gutierrez teve um mandato de prisão preventiva expedido contra ele, mas não havia sido localizado em território nacional para ser conduzido ao sistema prisional. A partir daí, o nome dele foi incluído na lista vermelha de difusão da Polícia Internacional (Interpol). O ex-executivo é acusado de se envolver em fraudes fiscais com o objetivo de obter lucro, superfaturando ações do grupo em que atuou.

As diligências apontam que as fraudes fiscais nas Americanas chegaram a R\$ 25 bilhões. O objetivo foi maquiagem da caixa da empresa, apontando faturamento que não existia, para disfarçar as perdas fiscais e lucrar com o ganho de ações da empresa no mercado financeiro.

As investigações indicam que Gutierrez pedia que balanços financeiros fraudados fossem enviados a ele por pen drives para dificultar o rastreamento. Além disso, ao deixar a empresa, teria enviado parte de seus recursos para paraísos fiscais, por supostamente saber que o escândalo

Reprodução



De cidadania espanhola, ex-executivo terá de ficar em Madri, onde mora, e entregar passaporte

iria estourar e gerar perdas para o grupo o qual comandou. Os investigadores dizem ainda que ele montou um “engenhoso esquema societário”.

Paraísos fiscais

Avaliação do fluxo financeiro apontou que o ex-CEO enviou dinheiro para contas criadas em paraísos fiscais, ou seja, em regiões do exterior onde a fiscalização encontra maior dificuldade para atuar. Gutierrez é brasileiro, mas tem dupla cidadania, sendo também cidadão espanhol. O fato de ser cidadão do país europeu dificulta a extradição, ou seja, o envio dele para responder perante a Justiça brasileira. No entanto, mesmo com a possibilidade remota de extradição, a Polícia Federal vai acionar o Ministério da Justiça para realizar o pedido.

Perfil discreto

O acusado se formou em engenharia mecânica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e em economia pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e começou a carreira nas Americanas em 1993. Na ocasião, a empresa ainda estava sob a gestão de Carlos Alberto Sicupira, um dos acionistas. Sicupira era referência no grupo, ao lado dos bilionários Jorge Paulo Lemann e Marcel Herrmann Telles. Informações obtidas pela reportagem apontam que os bilionários que estão à frente do grupo não foram alvos de medidas determinadas pela Justiça, mas estão na mira das autoridades.

Gutierrez assumiu a presidência das Americanas 10 anos após entrar na empresa e obter a confiança dos bilionários que

estavam no comando. Ele era especialista no corte de custos de operações. Pouco visto em eventos e nas lojas da companhia, deixou o comando da empresa em 2022, pois, de acordo com as investigações, já sabia dos problemas financeiros das Americanas, ainda desconhecidos pelos órgãos de fiscalização e pelo mercado.

No ano passado, a empresa informou “inconsistências fiscais” que deixavam um rombo de R\$ 20 bilhões. Posteriormente, o montante do prejuízo foi ampliado para R\$ 43 bilhões. São apurados os crimes de insider trading (informação privilegiada), associação criminosa e lavagem de dinheiro. Foi montada uma força-tarefa envolvendo o Ministério Público Federal (MPF) e representantes da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para avaliar o caso.

Ex-diretora deve se entregar em Lisboa

Vinicius Loures/Câmara dos Deputados



Anna Saicali durante depoimento à CPI na Câmara em setembro

pelas autoridades policiais brasileiras, às quais deverá entregar seu passaporte conforme requerido pelo Ministério Público Federal, submetendo-se apenas à medida cautelar de proibição

de ausentar-se do país”, anotou o juiz.

A defesa informou à Justiça que Anna tinha um voo marcado para o Brasil no dia 5 de julho. Segundo Carvalho, a reserva

foi realizada em 26 de junho, dia seguinte à decretação da prisão preventiva da ex-diretora das Americanas, sem que os advogados da empresária explicassem a mudança na data do retorno ao Brasil (inicialmente previsto para o próprio dia 26).

Assim, o juiz seguiu uma sugestão ‘consensual’ feita pela Polícia Federal, que, em sua avaliação, “atende ao mesmo tempo aos anseios da investigada e à boa administração da Justiça”.

Assim que Anna Saicali se apresentar no aeroporto de Lisboa, a PF deverá comunicar a Justiça Federal no Rio, que vai excluir a ordem de prisão da ex-diretora das Americanas no Banco Nacional de Mandados de Prisão e comunicar a revogação do mandado à Interpol, vez que o nome da empresária foi incluído na lista de difusão vermelha da organização.

A defesa de Saicali ainda tem de apresentar ao juiz o comprovante de compra de passagem de retorno ao Brasil, com data deste domingo, para que a chefia da Interpol possa disponibilizar uma equipe para aguardar a chegada da investigada no aeroporto até quatro horas antes do horário de partida.

Brasil S/A
por Antonio Machado



machado@cidadebiz.com.br

Com calma e expertise

No baticumbum da política nacional, todo mundo fala, todo mundo grita e... todo mundo tem razão e ninguém se põe de acordo. Assim é aqui. E é, sobretudo, no mundo das redes sociais, onde, impulsionados por algoritmos programados para prender a atenção de incautos para gerar tráfego que remunera as plataformas, bilhões de palpites defendem obviedades para o que pouco sabem, e quem deveria saber ou não sabe ou põe fogo no parquinho digital.

Ao menos está se discutindo, o que é bom. Discussões em geral dão chance às soluções, sobretudo as interditadas por lobbies diversos representados no Congresso. Do projeto de lei para embaraçar ainda mais as exceções permitidas para o aborto ao inchaço das taxas de juros, tudo está em debate. Duvidoso é que as discussões ajudem a formar consensos para questões que vêm de longe, como a dos juros.

A do aborto já começou a refluir, tamanha a reação contrária, mas serviu para expor as divisões entre as bancadas do fundamentalismo e as dos partidos de centro-direita, majoritárias no Congresso. É menos certo que a polêmica dos juros tenha um desfecho produtivo.

O tema é permanente, tão antigo quanto o mistério sobre se Capitu traiu Bentinho como relatado por Machado de Assis em *Dom Casmurro*. É como um desafio aos formuladores da reforma monetária de 1994 de que algo ficou inacabado e reclama providência intelectual, não de retórica. Questões sobre dinheiro não se resolvem no berro.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva reintroduziu o assunto, reclamando com razão de o Banco Central interromper o ciclo de desengorda da taxa de juro básica da economia, Selic, no nível de 10,50%, com a inflação que a orienta avançando 4,06% em 12 meses até junho ou 3,50% 12 meses à frente, conforme o último boletim Focus. Isso implica taxa real, abatendo a inflação, de 6,2% a 6,8%, um despropósito.

Duvidosa é a expectativa manifestada pelo chefe do Executivo na sexta-feira de que “isso vai melhorar” quando ele puder indicar o presidente do BC. Roberto Campos Neto, indicado por Jair Bolsonaro e aprovado pelo Senado em 2019, é o presidente até fim do ano. O otimismo de Lula tem gerado críticas dos que ele nomeou como “cretinos”.

Onde começa o juro sideral

A liturgia da autarquia é regida em lei, de forma que algo muito diferente do que está em curso ou exigirá reformas profundas mais de âmbito fiscal do que monetário ou sugere uma diretoria submissa a designios políticos, o oposto do fundamento da autonomia a que desfruta, por voto do Congresso, para resistir a qualquer pressão.

Lula sabe que o BC segue diretrizes definidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), liderado pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad. A autonomia do BC existe para cumprir a missão recebida do governo, via CMN, sem interferências alheias, como do mercado e dos políticos.

Nesses termos, não deveria fazer diferença se fulano ou beltrano esteja à frente do BC, até porque seus nove diretores votam o que lhes cabe decidir, como a taxa Selic, sem subordinação hierárquica.

Não menos importante é entender que a política monetária envolve um movimento coletivo que começa no CMN, portanto, no gabinete do presidente da República, passa pelo BC e se completa com os bancos e gestores de fundos que carregam os títulos de dívida do Tesouro Nacional. A Selic é o fio condutor da curva de juros das emissões do Tesouro em diferentes prazos, curtos e longos.

Os recursos aplicados por meio de bancos e fundos vêm de empresas e de pessoas, daqui e do exterior, de modo que o equilíbrio entre essa miríade de interesses deve ser buscado pelo BC, pilotando sua mesa de títulos e moedas, e do Tesouro, o ente executor do que o governo indica e o Congresso aprova ou não na lei orçamentária.

E o que ambos têm feito? Criam gastos e expandem os existentes, o que obriga o Tesouro a se endividar, e o ministro da Fazenda, a ir buscar na Receita Federal algo mais para fechar a conta. Difícil.

Só com impostos, não resolve

A ideia subjacente ao entrevero da Selic é o muro encontrado pelo ministro Haddad no Congresso para continuar tributando os dinheiros aplicados em fundos e aparando desonerações tributárias.

O empresariado atingido por tais ações também indicou disposição de partir para a briga, levando o Congresso, e possivelmente, mais à frente, o Judiciário, a tirar o apoio ao ajuste com aumento de impostos, preservando as colunas de despesas do orçamento federal. O ministro tentou levar essa agenda ao presidente. A resposta veio no ataque aos juros altos, que também enfezam o empresariado.

Só que, como de hábito, faz-se calor sem luz, simplifica-se o que é complexo, como se troca de guarda no BC fosse resolver a parada. Não vai. A realidade é mais complicada. Desde 1987, um ano antes de a Constituição ser promulgada, até os últimos quatro anos, o naco da Previdência, assistência social e folha do funcionalismo saltou de 45% do total do orçamento federal para 80%, e crescendo. Na outra ponta, o dinheiro para infraestrutura, educação, saúde e custeios do setor público desabou de 55% para menos de 20%.

Na primeira parte, previdência pulou de 19,2% para mais de 52% da lei orçamentária. Na segunda parte, o investimento público cedeu de 16% do orçamento, ou seja, dos impostos recebidos, para 2%. Não pode dar certo. E não se resolve só expandindo a carga tributária.

Falta balanço para crescer

Os números dos balanços público e privado indicam que não há mais espaço para repetir o status quo da governança da economia. Nem se vai desinflar o dólar, que fechou a semana em irris R\$ 5,59 (R\$ 1 acima da taxa mais compatível com a saúde das contas externas), metendo bronca nos bancos, nos especuladores, no passado etc.

Fato é que a trajetória do deficit da Previdência pública e INSS é insustentável no tempo, os pisos da saúde e educação indexados à evolução da receita também distorcem a prioridade ditada hoje pela demografia (cuja tendência é de redução relativa de jovens).

O BC é peça passiva nessas tendências, mas será ativa se procurar meios menos onerosos de conduzir a inflação à meta, além do giro da dívida e de sua tendência (função de menos gastos), por meio de uma ação pactuada com os carregadores do papelório do Tesouro.

Esses são caminhos mais eficientes. É de interesse das empresas, dos bancos e investidores resolver as prioridades. O endividamento privado é enorme. Há mais de R\$ 600 bilhões de papéis a vencer de devedores já em segunda repactuação. As construtoras e fundos que investem em infra estão sem balanço para novas investidas, razão de as licitações estarem atraindo de um a dois concorrentes.

Para tudo há solução, mas com calma e expertise. Na boca dura é que não funciona.